

Fórum África Japão, Centro Voluntário Internacional do Japão, ATTAC Japão, Não à usurpação de terras, Japão e Os Cidadãos Preocupados com o Desenvolvimento de Moçambique-Japão.

## **Protesto urgente e pedido encaminhado ao presidente da JICA Sr. Shinichi Kitaoka [Versão Portuguesa com as informações adicionais]**

No que diz respeito à tentativa da JICA de suprimir a visita dos líderes camponeses moçambicanos e representantes de Organizações da Sociedade Civil ao Japão.

24 de Janeiro de 2017

### **1. Antecedentes**

- I. A primeira declaração de protesto da UNAC (*União Nacional de Camponeses de Moçambique*) sobre o ProSAVANA (*Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical Africana - Japão, Brasil e Moçambique*) foi feita em Outubro de 2012.
- II. Sensibilizados por esta declaração escrita pelos camponeses do Norte de Moçambique (especialmente da região do Corredor de Nacala), nós, os cidadãos e ONGs do Japão, temos tido um envolvimento actuante em actividades de advocacia acompanhando o Programa Japonês AOD (*Assistência Oficial de Desenvolvimento*), ProSAVANA. Em parceria com uniões e associações de camponeses e OSCs (*Organizações da Sociedade Civil*) de Moçambique e Brasil, temos realizado pesquisas de campo, análise de literatura e entrevistas no sentido de realizar uma advocacia "baseada em factos".
- III. Desde o segundo semestre de 2013, têm havido muitos casos de violação dos direitos humanos envolvendo os três governos que promovem o programa ProSAVANA. Foram relatados repetidamente casos de perseguição, intimidação, chantagem e opressão de líderes camponeses e de cidadãos que questionam e/ou contestam o programa.
- IV. Através da divulgação e vazamento de documentos oficiais,<sup>1</sup> nós, finalmente, entendemos os factos ocultos relacionados com o ProSAVANA. Estes documentos revelam como o dinheiro da JICA tem sido usado para intervir, dividir e isolar os movimentos camponeses e organizações da sociedade civil em Moçambique.
- V. A JICA conseguiu realizar essas acções com a contratação de agências de consultoria moçambicanas para: (1) formular, definir e realizar a "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA"; e (2) estabelecer "uma plataforma de diálogo" exclusivo da sociedade civil com os governos sobre o ProSAVANA. Estas actividades e contratos foram ocultados das sociedades civis dos três países participantes até 2016.
- VI. Assim como estes factos foram revelados através de esforços colectivos e pressão, as OSCs de Moçambique, Brasil e Japão têm sido as que repetidamente protestam e que apresentam queixas e pedidos à JICA e aos governos.<sup>2</sup>
- VII. Nós também gostaríamos de chamar a atenção para a actual situação moçambicana. Confrontos violentos ressurgiram em 2013 e, desde então, têm se espalhado pelas províncias e distritos onde o programa ProSAVANA é realizado, como Nampula, Zambézia e Niassa. Mais de 10.000 refugiados buscaram abrigo no Malawi saindo da província de Tete, localizada no final do Corredor de Nacala.<sup>3</sup>
- VIII. Além disso, desde 2015, tem havido casos de assassinato, sequestro, lesão física, julgamento e chantagem de académicos (professores universitários), jornalistas, editores de jornais independentes, defensores públicos pró-cidadãos e personalidades da TV que expressaram preocupações e declarações críticas para o (então) presidente de Moçambique, o governo e suas políticas. Esses casos indicam uma grave deterioração da paz, da democracia, governança e direitos humanos em Moçambique.<sup>4</sup>

- IX. Com base nesses factos, nós, a sociedade civil japonesa, temos aumentado a conscientização sobre a situação preocupante em Moçambique e os perigos existentes para os moçambicanos que criticam ou resistem ao ProSAVANA. Nós também temos trabalhado intensamente fazendo pedidos ao governo japonês e à JICA para que façam todo o possível para proteger a vida e a segurança dessas pessoas.
- X. Em Novembro de 2016, um grupo de académicos japoneses, liderados por um professor emérito de desenvolvimento económico, convidou líderes camponeses do norte de Moçambique e um representante de uma OSC da “Campanha Não ao ProSAVANA” para partilhar as suas perspectivas sobre o Corredor de Desenvolvimento de Nacala e o ProSAVANA numa conferência académica da JSID (*Sociedade Japonesa para o Desenvolvimento Internacional*) na Universidade de Hiroshima (26 de Novembro) e numa reunião pública em Tóquio (28 de Novembro).
- XI. Entre esses representantes convidados, havia um líder camponês que foi perseguido e intimidado pelas autoridades governamentais moçambicanas, que o insultaram e interrogaram durante seis horas seguidas.

## **2. O caso: A tentativa da JICA de silenciar e intimidar líderes camponeses**

- I. Apesar de tudo mencionado anteriormente, à medida que se aproximavam as datas dos dois eventos listados acima, ficou evidente que a JICA tinha convidado para o Japão o ex-Vice-Ministro da Agricultura (MASA), que actualmente é o coordenador do ProSAVANA, e o Secretário Permanente do MASA,<sup>5</sup> para que eles também pudessem participar naqueles eventos públicos no sentido de intimidar e contra-argumentar com os camponeses e líderes da sociedade civil moçambicanos.
- II. O Sr. Hiroshi Kato, membro do conselho da JICA desde Outubro de 2013 (No.3 da JICA) e responsável pelos assuntos africanos, admitiu que tinha sido sua a decisão de convidá-los enquanto os líderes camponeses estavam visitando o Japão, e que os custos de viagem seriam cobertos pelo governo japonês (JICA), uma vez que a sua equipe, que é responsável pelo ProSAVANA (Divisão Africana e Divisão de Desenvolvimento Rural), tinha procurado a sua ajuda após receber a notícia da vinda dos camponeses ao Japão e da sua participação nos eventos públicos.<sup>6</sup>
- III. A JICA enviou um convite governamental para a reunião pública em Tóquio ao escalão superior do MASA e ao embaixador de Moçambique sem fazer qualquer consulta prévia às seis ONGs japonesas que haviam organizado o evento.<sup>7</sup>
- IV. A JICA pressionou repetidamente os organizadores do evento para que aceitassem a presença destas altas figuras do governo moçambicano. À medida que a visita da delegação governamental do MASA se aproximava, e sem ter recebido a confirmação de sua aprovação para participar do evento,<sup>8</sup> o novo director da Divisão Rural da JICA, encarregado do ProSAVANA (a partir de Setembro de 2016), apareceu de repente no local da conferência académica em Hiroshima para solicitar uma reunião entre a pessoa da ONG japonesa responsável pela organização do evento e o Sr. Kato, que já estava à espera de encontrá-la.<sup>9</sup>
- V. O director da JICA não ficou para ouvir as apresentações dos camponeses moçambicanos e do representante da OSC, tendo deixado o local antes das apresentações começarem, só voltando depois que as apresentações terminarem. Mais uma vez, o director insistiu em realizar uma reunião privada com a pessoa de contacto do evento. Mais tarde, foi revelado que a sua viagem e inscrição na conferência académica foram pagas pela JICA com fundos do projecto intitulado de "reunião com a sociedade civil japonesa" do ProSAVANA.<sup>10</sup>
- VI. Ainda em Hiroshima, os representantes dos académicos japoneses e ONGs condenaram veementemente a série de acções e tentativas nocivas implicando directamente o Sr. Kato e o director da Divisão Rural da JICA. Mais tarde, o Sr. Kato e o director admitiram aos representantes que "havia sido mau julgamento".

- VII. De facto, mesmo antes disso, em 10 de Novembro, as OSCs dos três países emitiram uma declaração contra as acções da JICA na promoção de divisões dentro da sociedade moçambicana e fornecimento de fundos através de um "contrato de serviços de consultoria" com a ONG SOLIDARIEDADE Moçambique, com sede em Nampula.<sup>11</sup> Embora o presidente Kitaoka e outro pessoal da JICA tenham recebido esta declaração,<sup>12</sup> a JICA continuou a cometer acções ilegítimas e a fazer uso indevido de verbas públicas.
- VIII. Durante os eventos públicos, as ONGs japonesas divulgaram o relato dos acontecimentos acima, estando presentes oito representantes da JICA e três do MOFA. Muitos dos participantes expressaram o seu espanto e perturbação com as tentativas anteriores da JICA durante e após o evento.
- IX. Os líderes camponeses partilharam as suas experiências sobre os casos de usurpação de terras e as dificuldades causadas pela construção da ferrovia da Vale (portanto, da Mitsui) e os casos de violação dos direitos humanos e de tentativa de divisão entre a sociedade civil moçambicana causada pelo ProSAVANA e, especialmente, com financiamento da JICA.
- X. Os representantes dos camponeses e da sociedade civil moçambicana afirmaram que eles têm agora todas as evidências escritas de delito e tentativa de delito que a JICA tem encorajado e realizado, e disseram que o dinheiro da JICA tem causado abusos de direitos humanos e divisões entre sociedade civil moçambicana. Eles pediram insistentemente à JICA para parar todas as suas manobras e reflectir sobre seus erros.
- XI. Se os funcionários oficiais do governo moçambicano tivesse podido participar da reunião, os líderes camponeses e representantes da sociedade civil não teriam sido capazes de partilhar o que realmente estava acontecendo nas suas terras bem como expressar as suas opiniões livremente. Eles teriam sido intimidados e teriam-se sentido oprimidos. A JICA esteve prestes a criar uma situação como esta e mais um caso de abuso dos direitos humanos e, novamente, com os nossos fundos públicos, em total contradição com as nossas expectativas como contribuintes e cidadãos do Japão.

### 3. Protesto Urgente

- I. Embora o ProSAVANA tenha sido propagandeado como uma "Cooperação Triangular" ou "Cooperação Sul-Sul", não há evidências de que o governo brasileiro se tenha envolvido com a série de manobras e intervenções que atingiram a sociedade civil moçambicana.
- II. As actividades da JICA contrárias aos interesses da sociedade civil moçambicana têm ocorrido ao longo dos últimos quatro anos, começando com a formulação e implementação da "ProSAVANA: Estratégia de Comunicação"<sup>13</sup> em Agosto de 2013, através da contratação da CV&A, uma agência de consultoria local.
- III. Após o desastroso fracasso de uma "audiência pública" financiada apenas pelo governo japonês (\*foram gastos o equivalente a \$76.700 dólares americanos), a JICA contratou a MAJOL para investigar, classificar, manipular, intervir na sociedade civil moçambicana para estabelecer um "mecanismo de diálogo" único com aqueles que estivessem "a favor do ProSAVANA" entre os membros da sociedade civil no norte moçambicano<sup>14</sup>.
  - *A JICA gastou um total de \$50.000 dólares norte-americanos em dois contratos de três meses com CV&A. E mais \$45.870 dólares norte-americanos com a MAJOL para 4,5 meses de contrato.*
- IV. A equipe de consultores foi composta por ex-directores do WWF Moçambique e Action Aid Moçambique que eram patrocinadores de muitas ONGs e associações moçambicanas.<sup>15</sup> Estes factos foram revelados por documentos que vazaram e através de inúmeros pedidos para a divulgação de documentos da JICA através da Information Act.<sup>16</sup>
- V. Não há nenhum indício de envolvimento do governo brasileiro em qualquer uma dessas iniciativas. O governo japonês confirmou que não tinha nenhum conhecimento de

qualquer desembolso de fundos do governo brasileiro para a formulação e implementação da "estratégia de comunicação" para o ProSAVANA.<sup>17</sup> Isso indica que, sem o envolvimento activo da JICA e os fundos públicos japoneses, que foram alocados por meio de seus subcontratantes (empresas de consultoria japonesa e moçambicana e uma ONG moçambicana), teria sido impossível alcançar o "dividir para governar" da sociedade civil local.

- VI. Como resultado da injeção maciça de energia e recursos financeiros da JICA, os camponeses locais e as organizações da sociedade civil moçambicana que continuam a fazer oposição ao ProSAVANA foram excluídos, marginalizados, isolados e deixados em condição vulnerável à opressão por outros e pelo governo local.<sup>18</sup>
- VII. Estes factos baseados em provas escritas, juntamente com a acumulação de violações dos direitos humanos que ocorrem sob o ProSAVANA, têm sido repetidamente relatados à JICA e ao governo japonês por OSCs moçambicanas, brasileiras e japonesas através de comunicados de imprensa, declarações e reuniões. Contudo, a JICA não tem respeitado essas vozes; em vez disso, eles realizaram ainda mais manobras para silenciar a oposição e intimidar manifestantes.
  - *Pelo menos, desta vez, o No.3 e o director da JICA admitiram "mau julgamento", mas apenas de maneira informal e sem pedir desculpas às ONGs japonesas e aos representantes da sociedade civil moçambicana.*
- VIII. À medida que mais e mais informações sobre as acções e estratégias da JICA têm sido reveladas, fica evidente que a maior responsabilidade pelo florescimento dos abusos de direitos humanos e malfeitos para a sociedade moçambicana é do governo japonês, especialmente da JICA e seu poder financeiro.
  - *Foi revelado que, até Março de 2016, \$22.000.000 dólares norte-americanos (ou 2,2 bilhões de ienes) foram gastos no ProSAVANA. O montante utilizado para persuadir segmentos da sociedade civil moçambicana é de cerca de \$2.645.000 dólares norte-americanos (ou 300 milhões de ienes) de acordo com as últimas informações.*<sup>19</sup>
- IX. Como cidadãos e contribuintes do Japão, nós condenamos veementemente essas acções perpetradas pela JICA, nossa única agência oficial de cooperação internacional.

#### **4. Adições**

- I. Todos os oito directores responsáveis pela ProSAVANA na JICA e no MOFA foram transferidos, após a série de intervenções da sociedade civil moçambicana sobre a utilização dos fundos da JICA, como revelado em 2016. Ou seja, todos os oficiais executivos que haviam planejado e implementado a série de acções negativas foram transferidos antes de cumprirem as suas responsabilidades.
- II. Assim, o ProSAVANA continua sem qualquer reconhecimento oficial ou reflexão sobre as irregularidades e erros passados enquanto os opositores locais do projecto permanecem sob risco de serem alvo de ainda mais pressão e opressão e estão isolados de seus antigos guardiões.
- III. Tudo o que a JICA esteve envolvida , promoveu, comprometeu-se com e financiou sob o ProSAVANA viola claramente o princípio básico da "cooperação internacional" escrito na Carta das Nações Unidas, decisão do Gabinete do Japão sobre a "Carta de Cooperação para o Desenvolvimento", Directrizes da JICA sobre "Considerações Ambiental e Social" e, até mesmo, a "Declaração Universal dos Direitos Humanos" e "Pactos internacionais sobre Direitos Humanos".

#### **5. Demandas Urgentes**

À luz das informações baseadas em evidências concretas listadas acima, nós exigimos com veemência que a JICA e o governo japonês:

- I. Se pare imediatamente o ProSAVANA, que traiu a expectativa do povo dos três países de realizar uma cooperação internacional baseada na solidariedade entre os povos;
- II. Se apresente uma proposta com planos e acções específicas a fim de proteger os representantes dos camponeses e da sociedade civil moçambicana e outros que continuam opondo-se ao ProSAVANA e às violações dos direitos humanos e perigos para as suas vidas e bens;
- III. Se congele o desembolso do contrato entre a JICA e a ONG SOLIDARIEDADE e de todos os fundos para o "mecanismo de diálogo" (MCSC-CN) porque é totalmente contra todas as leis nacionais e internacionais, acima mencionadas, e as directrizes e princípios estabelecidos pela JICA e MOFA, a fim de evitar mais intervenções da JICA na sociedade civil Moçambicana e o agravamento de divisões dentro daquela sociedade;
  - *No fim de Dezembro 2016, descobriu-se que a JICA contratou o Director Executivo da ONG SOLIDARIEDADE, que é também o coordenador do MCSC-CN, para "serviço de consultoria pela JICA" oferecendo \$ 206.139,75 dólares norte-americanos em Outubro 2016.<sup>20</sup> A JICA enfatiza que o contratado foi seleccionado através duma Solicitação Público realizada em Agosto 2016 no âmbito de "competição adequada", mas o documento vazado revelou que as duas partes encontraram-se escondidamente na JICA Moçambique em Abril 2016 para coordenar o estabelecimento deste contrato.<sup>21</sup> Toda esta informação indica a clara intenção e o forte engajamento da JICA para intervir na sociedade civil moçambicana usando o seu fundo de consultoria. E a JICA acumulou ainda mais um caso óbvio de violação das suas Directrizes e da Política de Conformidade e da ordem do Ministério de Assuntos Internos e Comunicação à JICA. As ONGs japonesas enviaram novo protesto ao Presidente da JICA, no 28 de Dezembro 2016 manifestando que o povo e os contribuintes do Japão não aceitam estas violações e fraude.*
- IV. Divulgar todos os restantes documentos do governo relacionados com ProSAVANA.

Assinado por:

Fórum África Japão, Centro Voluntário Internacional do Japão, ATTAC Japão, Não à usurpação de terras, Japão e Os Cidadãos Preocupados com o Desenvolvimento de Moçambique-Japão.

---

<sup>1</sup> Os documentos vazados postados em:

<http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files> e os documentos divulgados no [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_ja/ProSAVANA/index\\_docs.html](http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html)

<sup>2</sup> <http://farmlandgrab.org/26457~~number=plural> outros em <http://www.farmlandgrab.org/cat/show/827>

<sup>3</sup> O relatório baseado em ACNUR, VOA e DW estão publicados em:

[http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/about/shimin/page22\\_000146.html](http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/about/shimin/page22_000146.html)

<sup>4</sup> O relatório baseado em Moçambique e meios de comunicação internacionais está publicado em: [http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/about/shimin/page23\\_001101.html](http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/about/shimin/page23_001101.html)

<sup>5</sup> Acordo com a informação da JICA, são HE Ildio Jose Miguel (Secretário Parmanent de MASA), HE António Raúl Limbal (Ex vice-Ministro da MASA, HE José Maria Morais (Embaixador).

<sup>6</sup> O Sr. Kato confirmou este ponto durante uma conversa com um representante de uma ONG.

<sup>7</sup> A embaixada de Moçambique em Tóquio chamado a organização de contacto para o evento em 24 de Novembro de 2016, dizendo que a presença do embaixador e do primeiro secretário já foi "arranjado" com a JICA.

<sup>8</sup> Os organizadores do evento público solicitaram uma reconsideração do convite à JICA.

<sup>9</sup> Mais tarde, o director negou que era ele que estava esperando pela pessoa de contacto.

<sup>10</sup> A explicação do director durante o diálogo periódico ProSAVANA pelo MOFA em 7 de Dezembro de 2016.

<sup>11</sup> [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_ja/ProSAVANA/docs/130.pdf](http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/130.pdf)

<sup>12</sup> <http://farmlandgrab.org/26687>

<sup>13</sup> [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf](http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf), [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf](http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf)

<sup>14</sup> <http://farmlandgrab.org/26479>

---

<sup>15</sup> <http://farmlandgrab.org/25965>

<sup>16</sup> <http://farmlandgrab.org/26479>

<sup>17</sup> Resposta oficial do escritório de gabinete em 22 de dezembro de 2016.

<http://www.sangiin.go.jp/japanese/joho1/kousei/syuisyo/192/syuisyo.htm>

<sup>18</sup> Veja o vazamento de relatórios da Majol em

<http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files> Além disso, sua manifestação

em: <http://farmlandgrab.org/25798>

<sup>19</sup> <http://www.sangiin.go.jp/japanese/joho1/kousei/syuisyo/192/syuisyo.htm>

<sup>20</sup> [http://www.ajf.gr.jp/lang\\_ja/ProSAVANA/docs/130.pdf](http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/130.pdf)

<sup>21</sup> [http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/doc\\_2.pdf](http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/doc_2.pdf)